



UNIVERSIDADE DE ILHÉUS

FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS APLICADAS - FACJSA

CURSO DE DIREITO

DISCIPLINA:	DIREITO CONSTITUCIONAL II	C/H: 080 h/A
CURSO:	DIREITO	CÓDIGO: 3506
FACULDADE:	CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS APLICADAS - FACJSA	PERÍODO: 3º.
CATEGORIA:	PROFISSIONAL	

PROGRAMA DA DISCIPLINA

I – EMENTA

Organização do Estado brasileiro. Organização dos Poderes. Defesa do Estado e das instituições democráticas. Tributação e Orçamento. Ordem Econômica e Financeira. Ordem Social.

II – OBJETIVOS

- Dominar conceitualmente a noção de organização político-administrativa do Estado brasileiro.
- Discriminar a organização dos Poderes e suas atribuições constitucionais.
- Delimitar os limites constitucionais da defesa do Estado e o perfil constitucional de defesa das instituições democráticas.
- Enunciar os primados da tributação, do orçamento e da ordem financeira e econômica.
- Aplicar os preceitos constitucionais, com domínio conceitual, para explicar o ordenamento infraconstitucional sob a Ordem Social.

III – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I	ORGANIZAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO
1.1	A organização político-administrativa e a União
1.2	Os Estados federados
1.3	Os Municípios, o Distrito Federal e os Territórios
1.4	A intervenção
1.5	A administração pública
UNIDADE II	ORGANIZAÇÃO DOS PODERES
2.1	O Poder Legislativo
2.2	O processo legislativo e a função fiscalizatória
2.3	O Poder Executivo
2.4	Os Ministros de Estado e os Conselhos
2.5	O Poder Judiciário
2.6	Os Tribunais e Juízes
2.7	As funções essenciais à Justiça
UNIDADE III	DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS
3.1	O estado de defesa e o estado de sítio
3.2	As Forças Armadas e a segurança pública
UNIDADE IV	TRIBUTAÇÃO E ORÇAMENTO
4.1	O sistema tributário nacional
4.2	As finanças públicas
UNIDADE V	ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA
5.1	Os princípios gerais da atividade econômica e o sistema financeiro nacional
5.2	A política urbana
5.3	A política agrícola e fundiária e da reforma agrária
UNIDADE VI	ORDEM SOCIAL
6.1	Disposição geral e a seguridade social
6.2	A educação, a cultura e o desporto.
6.3	A ciência e tecnologia
6.4	A comunicação social
6.5	O meio ambiente
6.6	A família, a criança, o adolescente, o idoso e os índios

IV – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

- Aulas expositivas.
- Debates.
- Trabalhos de pesquisa e em classe.
- Estudos de caso.
- Seminários.
- Leituras orientadas.



UNIVERSIDADE DE IGUAÇU

FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS APLICADAS - FACJSA

CURSO DE DIREITO

V – AVALIAÇÃO

Duas provas escritas bimestrais, obrigatórias, e a critério do professor, trabalho individual ou em grupo, exame oral, seminários etc, cujos resultados devem integralizar a pontuação total da disciplina no bimestre, após a soma das notas obtidas, dividida pelo número de aferições.

Uma avaliação final, no semestre, de caráter indisciplinar, com peso dois.

VI – BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. *Curso de direito constitucional*. 27. ed. São Paulo : Saraiva, 2001.

FERREIRA, Pinto. *Curso de direito constitucional*. 9. ed. Rio de Janeiro : Freitas Bastos, 1998.

MORAES, Alexandre de. *Direito constitucional*. 13. ed. São Paulo : Atlas, 2003.

SILVA, José Afonso. *Curso de direito constitucional positivo*. 23. ed. São Paulo : Malheiros, 2003.

_____. *Aplicabilidade das normas constitucionais*. São Paulo : Revista dos Tribunais, 1982.

TEMER, Michel. *Elementos de direito constitucional*. 11. ed. São Paulo : Malheiros, 1995.



UNIVERSIDADE IGUAÇU

FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS APLICADAS - FACJSA

CURSO DE DIREITO

DISCIPLINA:	DIREITO EMPRESARIAL I (TEORIA GERAL)	C/H: 080 h/A
CURSO:	DIREITO	CÓDIGO: 5089
FACULDADE:	CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS APLICADAS - FACJSA	PERÍODO: 3º.
CATEGORIA:	PROFISSIONAL	

PROGRAMA DA DISCIPLINA

I – EMENTA

Atividade empresarial. Regime Jurídico das atividades econômicas civis. Regime Jurídico da livre iniciativa. Livros dos empresários. Estabelecimento empresarial. Nome Empresarial. Propriedade industrial. O empresário e os direitos do Consumidor.

II – OBJETIVOS

- Identificar a atividade empresarial.
- Conceituar registro de empresa, livros comerciais e estabelecimento empresarial.
- Distinguir a formação e registro do nome empresarial.
- Reconhecer o que é propriedade empresarial.
- Enquadrar o empresário no CDC.

III – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I	ATIVIDADE EMPRESARIAL
	<ol style="list-style-type: none"> 1.1 Objeto do Direito Comercial. 1.2 Comércio e Empresa. 1.3 Teoria da Empresa. 1.4 Conceito de empresário. 1.5 Atividades econômicas civis.
UNIDADE II	REGIME JURÍDICO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS CIVIS
	<ol style="list-style-type: none"> 2.1 Atividades econômicas civis especiais. 2.2 O profissional intelectual. 2.3 O empresário rural. 2.4 As cooperativas 2.5 O empresário individual. Os prepostos do empresário. <ol style="list-style-type: none"> 2.5.1 O empresário individual. 2.5.2 Os prepostos do empresário.
UNIDADE III	REGIME JURÍDICO DA LIVRE INICIATIVA
	<ol style="list-style-type: none"> 3.1 Aspectos constitucionais do regime empresarial. 3.2 Proteção da ordem econômica e da concorrência. <ol style="list-style-type: none"> 3.2.1 Abuso do poder econômico. 3.2.2 Concorrência desleal. 3.3 Proibidos de exercer o comércio. 3.4 Microempresa e Empresa de Pequeno porte. 3.5 Registro de empresa <ol style="list-style-type: none"> 3.5.1 Órgãos do registro de Empresa. 3.5.2 Atos do Registro de Empresa. 3.5.3 Processo decisório do Registro de Empresa. 3.5.4 Inatividade da empresa. 3.5.5 Empresário irregular.
UNIDADE IV	LIVROS DOS EMPRESÁRIOS
	<ol style="list-style-type: none"> 4.1 Obrigações comuns a todos os empresários. 4.2 Espécies de livros empresariais. 4.3 Regularidade na escrituração. 4.4 Conseqüências da irregularidade na escrituração. 4.5 Exibição judicial e eficácia probatória dos livros. 4.6 Balanços anuais.
UNIDADE V	ESTABELECIMENTO EMPRESARIAL
	<ol style="list-style-type: none"> 5.1 Conceito e natureza do estabelecimento empresarial. 5.2 Alienação do estabelecimento empresarial. 5.3 Conceito de locação empresarial (Lei nº 8.245/91). 5.4 Características da locação empresarial. 5.5 Ação renovatória da locação empresarial. 5.6 Prazo decadencial para a propositura da ação renovatória. 5.7 <i>Shopping Center</i>



UNIVERSIDADE IGUAÇU

FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS APLICADAS - FACJSA

CURSO DE DIREITO

5.8 Proteção ao título de estabelecimento.

5.9 Comércio eletrônico (*internet*).**UNIDADE VI** NOME EMPRESARIAL

6.1 Natureza e espécie.

6.2 Formação e registro do nome empresarial.

6.3 Alteração do nome empresarial.

6.4 Proteção ao nome empresarial.

UNIDADE VII PROPRIEDADE INDUSTRIAL

7.1 Espécies de bens imateriais protegidos pelo direito industrial.

7.2 Patentes.

7.3 Registro industrial.

7.3.1 Desenho industrial.

7.3.2 Marca.

7.4 União de Paris.

UNIDADE VIII O EMPRESÁRIO E OS DIREITOS DO CONSUMIDOR

8.1 Caracterização da relação de consumo (Lei nº 8.078/90).

8.2 Qualidade do produto ou serviço.

8.3 Proteção contratual.

8.4 Publicidade.

8.5 Outras medidas protetivas.

IV – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

- Aulas expositivas.
- Debates.
- Trabalhos de pesquisa e em classe.
- Estudos de caso.
- Seminários.
- Leituras orientadas.

V – AVALIAÇÃO

Duas provas escritas bimestrais, obrigatórias, e a critério do professor, trabalho individual ou em grupo, exame oral, seminários etc, cujos resultados devem integralizar a pontuação total da disciplina no bimestre, após a soma das notas obtidas, dividida pelo número de aferições.

Uma avaliação final, no semestre, de caráter indisciplinar, com peso dois.

VI – BIBLIOGRAFIA

COELHO, Fábio Ulhoa. *Manual de Direito Comercial*. 19ª ed. Ver. e atual. de acordo com o novo Código Civil e alterações da LSA, e ampl. com estudo sobre comércio eletrônico. São Paulo: Saraiva 2007.

_____. *Curso de Direito Comercial*. Vol. I, 11ª ed. atual. de acordo com o novo Código Civil (Lei nº 10.406, de 10.01.2002). São Paulo: Saraiva. 2007.

CAMPINHO, Sérgio. *O Direito de Empresa a Luz do Novo Código Civil*. Rio de Janeiro: Renovar. 2002.

NEGRÃO, Ricardo. *Manual de Direito Comercial e de Empresa*. 9ª ed. Vol. I. São Paulo: Saraiva. 2007.

REQUIÃO, Rubens. *Curso de direito comercial*. Vol. I, 27ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Saraiva. 2007.



UNIVERSIDADE IGUAÇU

FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS APLICADAS - FACJSA

CURSO DE DIREITO

DISCIPLINA:	DIREITO CIVIL II (TEORIA GERAL)	C/H: 080 h/A
CURSO:	DIREITO	CÓDIGO: 3504
FACULDADE:	CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS APLICADAS - FACJSA	PERÍODO: 3º.
CATEGORIA	PROFISSIONAL	

PROGRAMA DA DISCIPLINA

I – Ementa

Fato jurídico I e II. Fato e ato jurídico II. Negócio jurídico (Noções Gerais). Plano de existência do negócio jurídico. Plano de validade do negócio jurídico. Invalidez do negócio jurídico. Plano de eficácia do negócio jurídico. Plano de validade do negócio jurídico. Defeitos do negócio jurídico. Invalidez do negócio jurídico. Plano de eficácia do negócio jurídico. Prova do fato jurídico. Prova do fato jurídico. Ato ilícito. Prescrição e decadência.

II – OBJETIVOS

- Identificar e classificar o fato jurídico em sentido amplo
- Distinguir, com domínio conceitual, fato jurídico em sentido estrito de ato jurídico.
- Analisar o negócio jurídico nos planos da existência, validade e eficácia.
- Discorrer, com domínio conceitual sobre a prova do fato e do ato jurídico.
- Classificar os atos ilícitos, projetando suas conseqüências na esfera civil.
- Promover a distinção entre a prescrição e decadência, enunciando a disciplina jurídica de cada qual.

III – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE 01	FATO JURÍDICO I
1.1	Noções introdutórias sobre a importância do estudo do fato jurídico
1.2	Conceito de fato jurídico em sentido amplo
1.3	Classificação dos fatos jurídicos em sentido amplo
UNIDADE 02	FATO JURÍDICO II
2.1	Efeitos aquisitivos, modificativos, conservativos e extintivos do fato jurídico.
2.1.1	Aquisição de direitos
2.1.2	Modificação de direitos
2.1.3	Conservação de direitos
2.1.4	Extinção de direitos
UNIDADE 03	FATO E ATO JURÍDICO II
3.1	Fato jurídico em sentido estrito
3.2	Ato-fato jurídico
3.3	Ato jurídico em sentido estrito
UNIDADE 04	NEGÓCIO JURÍDICO (NOÇÕES GERAIS)
4.1	Introdução
4.2	A transformação da teoria do negócio jurídico
4.3	Conceito e teorias explicativas do negócio jurídico
UNIDADE 05	NEGÓCIO JURÍDICO (NOÇÕES GERAIS)
5.4	Concepção do negócio jurídico no direito positivo e pelos planos de existência, validade e eficácia
5.5	Classificação dos negócios jurídicos
5.6	Interpretação do negócio jurídico
UNIDADE 06	PLANO DE EXISTÊNCIA DO NEGÓCIO JURÍDICO
6.1	A concepção do plano de existência
6.2	Elementos constitutivos do negócio jurídico
6.2.1	Manifestação de vontade
6.2.2	Agente emissor da vontade
6.2.3	Objeto
6.2.4	Forma
UNIDADE 07	PLANO DE VALIDADE DO NEGÓCIO JURÍDICO
7.1	A concepção do plano de validade
7.2	Pressupostos de validade do negócio jurídico
7.2.1	Manifestação de vontade livre e de boa fé
7.2.2	Agente emissor da vontade capaz e legitimado para o negócio. Da representação
7.2.3	Objeto lícito, possível e determinável (ou determinável)
7.2.4	Forma adequada (livre ou legalmente prescrita)
UNIDADE 08	DEFEITOS DO NEGÓCIO JURÍDICO
8.1	Introdução



UNIVERSIDADE IGUAÇU

FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS APLICADAS - FACJSA

CURSO DE DIREITO

- 8.2 Vícios do negócio jurídico
 - 8.2.1 Erro ou ignorância
 - 8.2.2 Dolo
 - 8.2.3 Coação
 - 8.2.4 Lesão
 - 8.2.5 Estado de perigo
 - 8.2.6 Simulação
 - 8.2.7 Fraude contra credores

UNIDADE 09	INVALIDADE DO NEGÓCIO JURÍDICO
-------------------	---------------------------------------

- 9.1 Introdução
- 9.2 Considerações prévias sobre a inexistência do ato ou negócio jurídico
- 9.3 Nulidade absoluta
- 9.4 Nulidade relativa (anulabilidade)
- 9.5 Quadro geral comparativo: nulidade x nulidade relativa
- 9.6 Conversão do negócio jurídico

UNIDADE 10	PLANO DE EFICÁCIA DO NEGÓCIO JURÍDICO
-------------------	--

- 10.1 A concepção do plano de eficácia
- 10.2 Elementos acidentais limitadores da eficácia do negócio jurídico
 - 10.2.1 Condição
 - 10.2.2 Termo
 - 10.2.3 Modo ou encargo

UNIDADE 11	PROVA DO FATO JURÍDICO
-------------------	-------------------------------

- 11.1 Considerações gerais
- 11.2 Provas, em espécie, do negócio jurídico
 - 11.2.1 Confissão
 - 11.2.2 Documento
 - 11.2.3 Testemunha
 - 11.2.4 Presunções
 - 11.2.5 Perícia
- 11.3 Considerações finais

UNIDADE 12	ATO ILÍCITO
-------------------	--------------------

- 12.1 Noções introdutórias e conceituais
- 12.2 Da inexistência ontológica entre ilícito civil e penal
- 12.3 Tratamento no código Civil de 1916 e no Novo Código Civil
- 12.4 O abuso de direito
- 12.5 Causas excludentes de ilicitude

UNIDADE 13	PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA
-------------------	--------------------------------

- 13.1 O tempo como fato jurídico
- 13.2 Fundamentos sociais da limitação temporal de direitos e pretensões
- 13.3 Noções conceituais
- 13.4 Distinção entre prescrição e decadência
 - 13.4.1 Critérios tradicionais
 - 13.4.2 Fundamento doutrinário para distinção a priori de prescrição e decadência
 - 13.4.2.1 Classificação dos direitos subjetivos quanto à finalidade
 - 13.4.2.2 Direitos a uma prestação
 - 13.4.2.3 Direitos potestativos
 - 13.4.2.4 Exercitáveis mediante simples declaração de vontade do titular
 - 13.4.2.5 Exercitáveis mediante declaração de vontade do titular, com exigência judicial no caso de resistência
 - 13.4.2.6 Exercitáveis mediante ajuizamento obrigatório de ação judicial
 - 13.4.2.2 Classificação moderna das ações
 - 13.4.2.3 Correspondência entre os institutos da prescrição e decadência com a tutela jurisdicional pretendida
- 13.5 A prescrição e a decadência no Novo Código Civil
- 13.6 Causas impeditivas e suspensivas da prescrição
- 13.7 Causas interruptivas da prescrição
- 13.8 Prazos de prescrição no Novo Código Civil
- 13.9 Prazos de decadência no Novo Código Civil
- 13.10 Prazos prescricionais em matéria de Direito Intertemporal

 IV – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

- Aulas expositivas.



- Debates.
- Trabalhos de pesquisa e em classe.
- Estudos de caso
- Seminários.
- Leituras orientadas.

V – AVALIAÇÃO

- Duas provas escritas bimestrais, obrigatórias, e, a critério do professor, trabalho individual ou em grupo, exame oral, seminários etc, cujos resultados devem integralizar a pontuação total da disciplina no bimestre, após a soma das notas obtidas, divididas pelo número de aferições. Uma prova interdisciplinar, com peso dois.

VI – BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- GOMES, Orlando. *Introdução ao Direito Civil*. 13ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1998.
- MONTEIRO, Washington de Barros. *Curso de Direito Civil*, 1º Vol. São Paulo: Saraiva, 1996.
- PEREIRA, Caio Mário da Silva. *Instituições de Direito Civil*, Vol I. 16ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1994.
- RODRIGUES, Sílvio. *Direito Civil: parte geral*. São Paulo: Saraiva. 2003.
- VENOSA, Sílvio de Salvo. *Direito Civil, parte geral*. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- WALD, Arnaldo. *Curso de Direito Civil Brasileiro – Introdução e Parte Geral*. 10 ed. São Paulo 1998.



UNIVERSIDADE DE IGUAÇU

FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS APLICADAS - FACJSA

CURSO DE DIREITO

DISCIPLINA:	DIREITO PENAL II (PARTE GERAL)	C/H: 080 h/A
CURSO:	DIREITO	CÓDIGO: 5090
FACULDADE:	CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS APLICADAS	PERÍODO: 3º.
CATEGORIA:	PROFISSIONAL	

PROGRAMA DA DISCIPLINA

I – EMENTA

Culpabilidade. Causas de exclusão da culpabilidade. Das penas. Penas privativas de liberdade. Penas restritivas de direitos. Aplicação da pena. Concurso de crimes. Erro na execução e resultado diverso do pretendido. Suspensão condicional da pena. Livramento condicional. Ação Penal. Extinção da punibilidade. Causas de extinção da punibilidade. Art. 107 do Código Penal. Causas de extinção da punibilidade. Art. 107 do Código Penal. Causas de extinção da punibilidade. Prescrição.

II – OBJETIVOS

- Propiciar aos alunos o conhecimento dos fundamentos gerais do Direito Penal.
- Desenvolver nos alunos o conhecimento e análise das categorias gerais do Direito Penal.
- Possibilitar a aplicação dos princípios gerais do Direito Penal.
- Interpretar e aplicar as normas penais.

III – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I	CULPABILIDADE.
1.1	Teorias e conceito. Características
1.2	Elementos da culpabilidade.
1.2.1	Imputabilidade.
1.2.2	Erro sobre a ilicitude do fato.
1.2.3	Exigibilidade de conduta diversa.
UNIDADE II	CAUSAS DE EXCLUSÃO DA CULPABILIDADE
2.1	Inimputabilidade
2.1.1	Conceito e espécies
2.1.2	Menoridade
2.1.3	Embriaguez
2.1.4	Culpabilidade diminuída
2.1.5	Teoria do <i>actio libera in causa</i>
2.2	Erro de proibição
2.3	Obediência hierárquica
2.4	Coação moral irresistível
UNIDADE III	DAS PENAS. PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE
3.1	Origem
3.2	Conceito e características
3.3	Espécies de pena
3.4	Vedações constitucionais
3.5	Penas privativas de liberdade
3.5.1	Espécies
3.5.1.1	Reclusão e detenção
3.5.2	Regimes de cumprimento
3.5.2.1	Fechado, semi aberto e aberto
3.6	Regime inicial de cumprimento
3.7	Progressão e regressão de regime
3.8	Remição e detração
UNIDADE IV	PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS.
4.1	Classificação
4.2	Espécies
4.2.1	Prestação pecuniária
4.2.2	Perda de bens e valores
4.2.3	Prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas
4.2.4	Interdição temporária de direitos



UNIVERSIDADE IGUAÇU

FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS APLICADAS - FACJSA

CURSO DE DIREITO

4.2.5 Limitação de fim de semana

4.3 Cominação

4.4 Substituição

4.5 Conversão

UNIDADE V	APLICAÇÃO DA PENA.
------------------	---------------------------

5.1 Individualização da pena

5.2 Circunstâncias e elementares do crime

5.3 Circunstâncias judiciais

5.3.1 Circunstâncias legais: atenuantes e agravantes genéricas

5.3.2 Circunstâncias preponderantes no concurso de agravantes e atenuantes

5.3.3 Reincidência

5.4 Causas de aumento e diminuição de pena

5.5 Dosimetria da pena

UNIDADE VI	CONCURSO DE CRIMES. ERRO NA EXECUÇÃO E RESULTADO DIVERSO DO PRETENDIDO.
-------------------	--

6.1 Concurso material.

6.2 Concurso formal

6.2.1 Concurso formal perfeito

6.2.2 Concurso formal imperfeito

6.3 Crime continuado

6.4 Sistemas de aplicação da pena.

6.4.1 Sistema do cúmulo material

6.4.2 Sistema da exasperação

6.5 Erro na execução

6.5.1 Qualidades da vítima

6.6 Resultado diverso do pretendido

6.7 Limite das penas

UNIDADE VII	SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA.
--------------------	---------------------------------------

7.1 Conceito e natureza

7.2 Pressupostos

7.3 Condições

7.4 Conceito e natureza

7.5 Pressupostos e condições

7.6 Período de prova e efeitos

7.7 Revogação e cassação obrigatórias

7.8 Revogação facultativa

7.9 Prorrogação do período de prova e extinção da pena

UNIDADE VIII	LIVRAMENTO CONDICIONAL.
---------------------	--------------------------------

8.1 Conceito

8.2 Pressupostos objetivos e subjetivos.

8.3 Concessão e condições

8.4 Revogação obrigatória e facultativa

8.5 Restauração

8.6 Prorrogação e extinção da pena

UNIDADE IX	AÇÃO PENAL.
-------------------	--------------------

9.1 Ação penal pública

9.1.1 Ação penal pública incondicionada

9.1.2 Ação penal pública condicionada

9.2 Representação do ofendido

9.3 Requisição do Ministro da Justiça

9.4 Ação penal no crime complexo

9.5 Ação penal privada

9.5.1 Ação penal privada exclusiva

9.5.2 Ação penal privada subsidiária

9.6 O ofendido e a ação privada

9.7 Decadência do direito de queixa e representação

UNIDADE X	EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE.
------------------	----------------------------------

10.1 Punibilidade

10.1.1 Conceito

10.1.2 Condições objetivas de punibilidade

10.2 Extinção da punibilidade

10.3 Causas extintivas da punibilidade

10.4 Efeitos da extinção da punibilidade



UNIVERSIDADE DE IGUAÇU

FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS APLICADAS - FACJSA

CURSO DE DIREITO

UNIDADE XI	CAUSAS DE EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE. ART. 107 DO CÓDIGO PENAL.
11.1	Morte do agente
11.2	Anistia.
11.3	Graça e indulto.
11.4	<i>Abolitio Criminis</i> .
11.5	Decadência. Perempção
UNIDADE XII	CAUSAS DE EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE. ART. 107 DO CÓDIGO PENAL.
12.1	Renúncia do direito de queixa
12.2	Perdão do ofendido
12.3	Retratação do agente
12.4	Casamento do agente com a vítima
12.5	Casamento da vítima com terceiro
12.6	Perdão judicial
UNIDADE XIII	CAUSAS DE EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE. PRESCRIÇÃO.
13.1	Conceito.
13.2	Prescrição da pretensão punitiva e executória.
13.3	Redução dos prazos.
13.4	Início da contagem do prazo prescricional
13.5	Interrupção e suspensão do prazo de prescrição
13.6	Imprescritibilidade
UNIDADE XIV	PRESCRIÇÃO.
14.1	Espécies de prescrição da pretensão punitiva.
14.1.1	Propriamente dita
14.1.2	Intercorrente ou superveniente
14.1.3	Retroativa
14.2	Termos iniciais da prescrição da pretensão punitiva.
14.3	Prescrição da pretensão executória
14.4	Termos iniciais da prescrição da pretensão executória

IV – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

- Aulas expositivas.
- Debates.
- Trabalhos de pesquisa e em classe.
- Estudos de caso.
- Seminários.
- Leituras orientadas.

V – BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- BITENCOURT**, Cezar Roberto. *Tratado de direito penall*. Vol I e II..3ª ed. São Paulo : Saraiva.
- CAPEZ**, Fernando. *Curso de direito penal*. Vol. 1. 8ª. ed. São Paulo : Saraiva, 2005.
- JESUS**, Damásio Evangelista de. *Direito penal*. Vol. I e II. 26ª ed.. São Paulo: Saraiva.
- MIRABETE**. Julio Fabrini. *Manual de direito penal*. Vol. I e II ed.. São Paulo : Atlas.

V – BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- BITENCOURT**, Cezar Roberto. *Erro de tipo e erro de proibição*. São Paulo : Saraiva.
- JESUS**, Damásio Evangelista de. *Prescrição penal*. São Paulo: Saraiva.
- JESUS**, Damásio Evangelista de. *Lei antitóxico anotada*. São Paulo: Saraiva.
- SILVA**, César Dario Mariano. *Manual de direito penal*. Vol. I e II. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense.

VI – AVALIAÇÃO

Duas provas escritas bimestrais, obrigatórias, e a critério do professor, trabalho individual ou em grupo, exame oral, seminários etc, cujos resultados devem integralizar a pontuação total da disciplina no bimestre, após a soma das notas obtidas, dividida pelo número de aferições.

Uma avaliação final, no semestre, de caráter indisciplinar, com peso dois.



UNIVERSIDADE DE ILHA DE ITAIPUA

FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS APLICADAS - FACJSA

CURSO DE DIREITO

DISCIPLINA:	DIREITO INTERNACIONAL (PÚBLICO E PRIVADO)	C/H: 080 h/A
CURSO:	DIREITO	CÓDIGO: 5091
FACULDADE:	CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS APLICADAS - FACJSA	PERÍODO: 3º
CATEGORIA:	PROFISSIONAL	

PROGRAMA DA DISCIPLINA

I – EMENTA

A Sociedade Internacional. As Fontes Internacionais – Tratados. As Pessoas Internacionais Meios de representação na ordem internacional. A responsabilidade internacional. A soberania jurisdicional do Estado. O território estatal. Modos de solução de conflitos internacionais. As sanções internacionais Segurança coletiva. Direito de guerra e neutralidade. Disposições gerais sobre o Direito Internacional Privado. Conflitos de lei no espaço e no tempo. Comunidade internacional: Direito Internacional Uniforme. Direito Civil e processual internacional. Elementos de conexão. Estatuto pessoal. Condição jurídica do estrangeiro.

II – OBJETIVOS

- Proporcionar ao estudante a possibilidade de compreender a importância do Direito Internacional Público enquanto sistema jurídico de uma sociedade baseada na cooperação e no consentimento mútuo de seus atores.
- Proporcionar ao estudante a possibilidade de compreender o objetivo do Direito Internacional Privado, enquanto instrumento jurídico condutor da escolha, pelo julgador, da legislação mais adequada à uma situação particular que envolva legislações estrangeiras. Apresentar ao aluno o mecanismo das transações de comércio internacional.

III – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

PARTE I	
UNIDADE I	A SOCIEDADE INTERNACIONAL
	1.1 Definição e seu sistema jurídico próprio.
	1.2 Evolução histórica do Direito Internacional Público.
UNIDADE II	AS FONTES INTERNACIONAIS - TRATADOS
	2.1 Costumes.
	2.2 Princípios gerais de direito.
	2.3 Doutrina.
	2.4 Jurisprudência.
UNIDADE III	AS PESSOAS INTERNACIONAIS
	3.1 Estados soberanos.
	3.2 Organizações internacionais.
UNIDADE IV	MEIOS DE REPRESENTAÇÃO NA ORDEM INTERNACIONAL
	4.1 Estado (Chefe de Estado; Chefe de Governo; Diplomatas e Cônsules).
	4.2 Organização Internacional (funcionários internacionais)
UNIDADE V	A RESPONSABILIDADE INTERNACIONAL
UNIDADE VI	A SOBERANIA JURISDICIONAL DO ESTADO
UNIDADE VII	O TERRITÓRIO ESTATAL
	7.1 Terrestre.
	7.2 Marítimo.
	7.3 Aéreo e espaço exterior.
UNIDADE VIII	MODOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS INTERNACIONAIS
UNIDADE IX	AS SANÇÕES INTERNACIONAIS
UNIDADE X	SEGURANÇA COLETIVA
UNIDADE XI	DIREITO DE GUERRA E NEUTRALIDADE
PARTE II	
UNIDADE XII	DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE O DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO
	12.1 Conceito de Direito Internacional Privado e sua autonomia.
	12.2 Definição. Natureza jurídica.



UNIDADE XIII	CONFLITOS DE LEI NO ESPAÇO E NO TEMPO
UNIDADE XIV	COMUNIDADE INTERNACIONAL: DIREITO INTERNACIONAL UNIFORME
UNIDADE XV	DIREITO CIVIL E PROCESSUAL INTERNACIONAL.
15.1	Direito civil e processual internacional:
15.1.1	Aplicação do Direito estrangeiro
15.1.2	Ordem pública
15.1.3	Fraude à lei
UNIDADE XVI	ELEMENTOS DE CONEXÃO.
16.1	Nacionalidade: definição; tipos; formas de atribuição; perda; reaquisição e renúncia; dupla nacionalidade e ausência de nacionalidade.
16.2	Domicílio: definição (Direito Interno Brasileiro)
16.3	Reenvio: definição e aplicação
16.4	Qualificação: definição e aplicação
UNIDADE XVII	ESTATUTO PESSOAL
17.1	Personalidade; nome e capacidade.
UNIDADE XVIII	CONDIÇÃO JURÍDICA DO ESTRANGEIRO
18.1	Direitos e deveres.
18.2	Documentos de viagem.
18.3	Vistos (tipos, prazos, transformações e prorrogações).
18.4	Deportação.
18.5	Expulsão.
18.6	Extradição.
18.7	Asilo: territorial e diplomático.

IV – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

- Aulas expositivas.
- Estudos de caso
- Debates.
- Pesquisas individuais e em grupo.
- Seminários.
- Análise de tratados e sentenças internacionais.
- Exibição de vídeos sobre questões internacionais.

V – AVALIAÇÃO

Duas provas escritas bimestrais, obrigatórias, e a critério do professor, trabalho individual ou em grupo, exame oral, seminários etc, cujos resultados devem integralizar a pontuação total da disciplina no bimestre, após a soma das notas obtidas, dividida pelo número de aferições.

Uma avaliação final, no semestre, de caráter indisciplinar, com peso dois.

VI – BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- ACCIOLY, Hildebrando. *Manual de Direito Internacional Público*. São Paulo: Editora Saraiva, 1996.
- DOLINGER, Jacob. *Direito Internacional Privado*. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1998.
- _____, *Vade Mecum de Direito Internacional Privado*. Rio de Janeiro: Editora Forense.
- MELLO, Celso Buarque. *Curso de Direito Internacional Público*. Rio de Janeiro: Editora Renovar, 2 volumes, 1997.
- _____, *Tratados e Convenções Internacionais*. Rio de Janeiro: Editora Renovar, 1983.
- RANGEL, Vicente M. *Direito e Relações Internacionais*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.
- ROQUE, José S. *Direito Internacional Público*. Rio de Janeiro: Forense, 1992.
- ROQUE, José S. *Direito Internacional Privado*. Rio de Janeiro: Forense.

VI – BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- AMORIM, Edgard. *Direito Internacional Privado*. Rio de Janeiro: Editora Renovar, 1997.
- RECHSTEINER, Beat W. *Direito Internacional Privado – Teoria e Prática*. São Paulo: Editora Saraiva, 1996.